



034/2024 – Poc/Fdd/Fadd

Cliente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul –
CREA-RS

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações
contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2024

Aos Diretores e Conselheiros

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS

Porto Alegre - RS

Prezados Senhores,

Vimos pelo presente encaminhar o nosso Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Permanecemos ao dispor para qualquer esclarecimento adicional, se necessário.

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S

Conteúdo

- **Relatório dos Auditores Independentes**
- **Balanco Patrimonial**
- **Balanco Financeiro**
- **Balanco Orcamentario**
- **Demonstração das Variações Patrimoniais e Financeiras**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Notas Explicativas as Demonstrações contábeis**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstrativo das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS** em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS referente ao exercício findado em 31 de dezembro de 2022, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2023, foram auditadas por outros auditores independentes, com relatório emitido em 07 de março de 2023, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de



demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida



significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2024.

Davi & Corrêa Auditores independentes S/S

CRC-RS 3.797

Pedro Osório Corrêa

Contador CRC-RS 42.462/O-8



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS
CNPJ: 92.695.790/0001-95

Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balço Patrimonial
(VALORES EM REAIS)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		60.310.377,49	62.558.797,07
Caixa e Equivalentes de Caixa	1a	49.691.846,59	52.973.490,23
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1b	10.355.871,19	9.187.190,89
Estoques	1b	221.269,15	388.813,74
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antec.	1b	41.390,56	9.302,21
ATIVO NÃO CIRCULANTE		25.723.450,71	24.939.542,07
Ativo Realizável a Longo Prazo		8.676.573,14	8.071.072,66
Créditos a Longo Prazo	2	8.676.573,14	8.071.072,66
Divida Ativa Tributária		11.568.764,19	10.761.430,22
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo		(2.892.191,05)	(2.690.357,56)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		4.297.250,88	4.297.250,88
Depósitos Judiciais		4.297.250,88	4.297.250,88
Investimentos		44.949,00	44.949,00
Participações Permanentes		44.949,00	44.949,00
Imobilizado	3 e 5	12.314.206,54	12.293.864,07
Bens Móveis		11.189.272,17	9.792.912,71
Bens Imóveis		16.382.803,27	16.382.803,27
(-) Depreciação Acumulada		(15.257.868,90)	(13.881.851,91)
Intangível	3 e 5	390.471,15	232.405,46
Softwares		904.245,40	579.467,11
(-) Amortização Acumulada		(513.774,25)	(347.061,65)
TOTAL ATIVO		86.033.828,20	87.498.339,14

Página 1 de 2

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS
CNPJ: 92.695.790/0001-95

Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balanco Patrimonial
(VALORES EM REAIS)

PASSIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE	6	44.697.682,38	45.353.214,30
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais		447.457,36	355.854,43
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		389.155,89	811.837,92
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		1.820.646,35	1.505.856,22
Obrigações de Repartição a Outros Entes		18.466.851,90	18.136.261,56
Provisões a Curto Prazo	7	23.346.792,40	24.297.757,24
Demais Obrigações a Curto Prazo		226.778,48	245.646,93
PASSIVO CIRCULANTE		23.304.738,21	23.186.246,13
Provisões a Longo Prazo	8	23.304.738,21	23.186.246,13
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	18.031.407,61	18.958.878,71
Resultados Acumulados		18.031.407,61	18.958.878,71
TOTAL PASSIVO		86.033.828,20	87.498.339,14

Página 2 de 2

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS
CNPJ: 92.695.790/0001-95

Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balanço financeiro

(VALORES EM REAIS)

INGRESSOS	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	115.570.604,26	104.518.517,32
RECEITA REALIZADA	115.570.604,26	104.518.517,32
RECEITAS CORRENTES	115.470.604,26	103.755.509,11
RECEITAS TRIBUTÁRIA	49.171.966,25	50.970.562,46
TAXAS PELO PODER DE POLÍCIA	49.171.966,25	50.970.562,46
Anotações de Responsabilidade Técnica	49.171.966,25	50.970.562,46
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	43.470.306,06	39.189.065,25
ANUDADES - PESSOAS FÍSICAS	26.109.790,91	23.321.470,58
Anuidades do Exercício	22.965.750,75	20.146.112,04
Anuidades de Exercícios Anteriores	3.144.040,16	3.175.358,54
ANUDADES - PESSOAS JURÍDICAS	17.360.515,15	15.867.594,67
Anuidades do Exercício	15.911.792,47	13.893.901,82
Anuidades de Exercícios Anteriores	1.448.722,68	1.973.692,85
RECEITAS DE SERVIÇOS	3.953.143,16	1.872.871,01
Emolumentos com Inscrições	1.286.861,93	1.180.717,23
Emolumentos com Expedições de Carteira	113.116,40	108.708,60
Emolumentos com Expedições de Certidões	129.909,14	107.955,33
Emolumentos com Vistos de Registros	405.206,45	359.919,66
Receitas Diversas de Serviços	2.018.049,24	115.570,19
FINANCEIRAS	11.664.838,36	10.541.499,65
Juros de Mora sobre Anuidades	1.841.784,69	1.920.866,10
Juros de Mora sobre Multas de Infrações	362.768,37	328.828,24
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	9.460.285,30	8.291.805,31
Multas sobre Anuidades	2.083.048,83	2.253.110,31
Remuneração de Dep. Banc. E Aplicações Financeiras	7.377.236,47	6.038.695,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.750.381,30	38.950,00
Trânsferências	5.750.381,30	38.950,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.459.969,13	1.142.560,74
Dívida Ativa	733.588,09	706.041,06
Multas de Infrações	568.756,51	337.820,79
Indenizações e Restituições	157.624,53	98.698,89
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	763.008,21
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	100.000,00	763.008,21
Transferências	100.000,00	763.008,21
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	91.729.863,02	75.624.869,59
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	9.642.320,01	3.423.896,91
Inscrição de Restos a Pagar Processados	386.817,69	811.837,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	419.145,81	376.930,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários	81.281.579,51	71.012.204,71
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	52.973.490,23	45.170.691,02
Caixa e Equivalente de Caixa	52.973.490,23	45.165.359,11
Depósitos Rest. Valores Vinculados	-	5.331,91
TOTAL DAS RECEITAS	260.273.957,51	225.314.077,93

Página 1 de 2

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS
CNPJ: 92.695.790/0001-95

Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balanco financeiro

(VALORES EM REAIS)

DISPÊNDIOS	31/12/2023	31/12/2022
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	124.556.501,66	98.444.573,31
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	9.642.320,01	3.423.896,91
CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	386.817,89	811.837,92
CREDITO EMPENHADO PAGO	114.527.363,76	94.208.838,48
DESPESA CORRENTE	111.207.755,91	90.982.410,98
Pessoas e Encargos Sociais	37.284.091,12	32.059.320,51
Encargos Patronais	11.253.016,76	9.691.078,63
Outras Despesas Correntes	62.670.648,03	49.232.011,84
DESPESA CAPITAL	3.319.607,85	3.226.427,50
Investimentos	3.319.607,85	1.572.464,45
Juros e Encargos da Dívida	-	1.023.963,05
Inversões Financeiras	-	630.000,00
PAGAMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS	86.020.742,88	73.896.014,39
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.082.832,60	2.991.070,61
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	793.040,20	288.903,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.805.350,49	3.076.624,27
Outros Pagamentos Extraorçamentários	79.339.519,59	67.539.416,40
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	49.696.713,17	52.973.490,23
Caixa e Equivalente de Caixa	49.691.846,59	52.973.490,23
Depósitos Rest. Valores Vinculados	4.866,58	-
TOTAL DAS DESPESAS	260.273.957,71	225.314.077,93

Página 2 de 2

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS
CNPJ: 92.695.790/0001-95

Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balanco Orçamentário
(VALORES EM REAIS)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	109.592.000,00	123.169.000,00	115.470.604,26	(7.698.395,74)
RECEITA TRIBUTÁRIA	55.695.000,00	55.695.000,00	49.171.966,25	(6.523.033,75)
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	55.695.000,00	55.695.000,00	49.171.966,25	(6.523.033,75)
Anotação de Responsabilidade Técnica	55.695.000,00	55.695.000,00	49.171.966,25	(6.523.033,75)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	39.973.000,00	43.363.513,10	43.470.306,06	106.792,96
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	23.943.000,00	25.772.000,00	26.109.790,91	337.790,91
Pessoa Física do Exercício	20.853.000,00	22.288.000,00	22.965.750,75	677.750,75
Pessoa Física do Exercício Anterior	3.090.000,00	3.484.000,00	3.144.040,16	(339.959,84)
ANUIDADES PESSOAS JURÍDICAS	16.030.000,00	17.591.513,10	17.360.515,15	(230.997,95)
Pessoa Física do Exercício	14.717.000,00	15.859.513,10	15.911.792,47	52.279,37
Pessoa Física do Exercício Anterior	1.313.000,00	1.732.000,00	1.448.722,68	(283.277,32)
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.210.000,00	3.230.000,00	3.953.143,16	723.143,16
Emolumentos com Inscrições	1.290.000,00	1.329.000,00	1.286.861,93	(42.138,07)
Emolumentos com Expedições de Carteiras	110.000,00	110.000,00	113.116,40	3.116,40
Emolumentos com Expedições de Certidões	220.000,00	240.000,00	129.909,14	(110.090,86)
Emolumentos com Vistos de Registros	360.000,00	360.000,00	405.206,45	45.206,45
Receitas Diversas de Registros	230.000,00	1.191.000,00	2.018.049,24	827.049,24
FINANCEIRAS	7.311.000,00	11.690.000,00	11.664.838,36	(25.161,64)
Juros de Mora Sobre Anuidades	1.500.000,00	1.930.000,00	1.841.784,69	(88.215,31)
Juros de Mora Sobre Multas Infrações	470.000,00	470.000,00	362.768,37	(107.231,63)
Atualização Monetária	5.341.000,00	9.290.000,00	9.460.285,30	170.285,30
Atualização Monetária Sobre Anuidades	220.000,00	220.000,00	-	(220.000,00)
Atualização Monetária Sobre Multas Infrações	100.000,00	100.000,00	-	(100.000,00)
Multas Sobre Anuidades	1.711.000,00	2.090.000,00	2.083.048,83	(6.951,17)
Remuneração de Dep. Banc. E Aplicações Financ.	3.310.000,00	6.880.000,00	7.377.236,47	497.236,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.210.000,00	6.160.486,90	5.750.381,30	(410.105,60)
Transferências	1.210.000,00	6.160.486,90	5.750.381,30	(410.105,60)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.193.000,00	3.030.000,00	1.459.969,13	(1.570.030,87)
Dívida Ativa	1.650.000,00	1.650.000,00	733.588,09	(916.411,91)
Multa Infrações	860.000,00	860.000,00	568.756,51	(291.243,49)
Indenizações e Restituições	683.000,00	520.000,00	157.624,53	(362.375,47)
RECEITAS DE CAPITAL	7.880.000,00	9.380.000,00	100.000,00	(9.280.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS	650.000,00	50.000,00	-	(50.000,00)
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	-	(50.000,00)
Alienação de Bens Imóveis	600.000,00	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.230.000,00	-	100.000,00	100.000,00
Transferências	7.230.000,00	-	100.000,00	100.000,00
SALDO DE EXERCÍCIO	-	9.330.000,00	-	(9.330.000,00)
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	117.472.000,00	132.549.000,00	115.570.604,26	(16.978.395,74)
DÉFICIT	-	-	8.985.897,40	8.985.897,40
TOTAL	117.472.000,00	132.549.000,00	124.556.501,66	(7.992.498,34)

Página 1 de 3

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS
CNPJ: 92.695.790/0001-95

Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balço Orçamentário
(VALORES EM REAIS)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CORRENTE	108.882.000,00	123.169.000,00	116.592.379,96	111.537.379,70	111.207.755,91	6.576.620,04
PESSOAL E ENCARGOS	49.100.000,00	50.065.027,95	48.537.107,88	48.537.107,88	48.537.107,88	1.527.920,07
Remuneração de Pessoal	37.710.000,00	38.557.000,00	37.284.091,12	37.284.091,12	37.284.091,12	1.272.908,88
Encargos Patronais	11.390.000,00	11.508.027,95	11.253.016,76	11.253.016,76	11.253.016,76	255.011,19
OUTROS DESPESAS CORRENTES	28.902.000,00	38.281.572,05	34.734.943,17	32.633.609,66	32.304.379,11	3.546.628,88
Benefícios a Pessoal	10.410.000,00	10.256.972,05	9.919.318,75	9.647.351,04	9.637.329,26	337.653,30
Benefícios Assistenciais	625.000,00	588.000,00	401.670,24	401.670,24	401.670,24	186.329,76
Uso de Bens e Serviços	3.044.200,00	2.623.193,00	1.980.660,97	1.685.279,11	1.653.727,08	642.532,03
Diárias	1.950.000,00	3.634.600,00	3.182.179,99	3.182.179,99	3.182.179,99	452.420,01
Despesa com Locomoção	775.000,00	944.000,00	764.597,40	764.597,40	764.597,40	179.402,60
Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	12.097.800,00	20.234.807,00	18.486.515,82	16.952.531,88	16.664.875,14	1.748.291,18
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	165.000,00	165.000,00	110.666,30	98.223,01	97.829,77	54.333,70
Tributos	165.000,00	165.000,00	110.666,30	98.223,01	97.829,77	54.333,70
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	4.990.000,00	6.661.000,00	6.449.621,91	5.708.398,45	5.708.398,45	211.378,09
SERVIÇOS BANCÁRIOS	920.000,00	1.070.000,00	830.919,33	830.919,33	830.919,33	239.080,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.805.000,00	26.926.400,00	25.929.121,37	23.729.121,37	23.729.121,37	997.278,63
Subvenções Sociais	1.800.000,00	3.022.000,00	2.967.829,81	767.829,81	767.829,81	54.170,19
Contribuições Correntes	23.005.000,00	23.904.400,00	22.961.291,56	22.961.291,56	22.961.291,56	943.108,44
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CAPITAL	7.880.000,00	9.380.000,00	7.964.121,70	3.376.801,95	3.319.607,85	1.415.878,30
INVESTIMENTOS	7.880.000,00	9.380.000,00	7.964.121,70	3.376.801,95	3.319.607,85	1.415.878,30
Obras, Instalações e Reformas	4.000.000,00	4.100.000,00	3.656.029,06	1.607.531,95	1.607.531,95	443.970,94
Equipamentos e Materiais Permanentes	2.210.000,00	3.760.000,00	2.893.333,27	1.281.960,33	1.281.960,33	866.666,73
Intangível	1.670.000,00	1.520.000,00	1.414.759,37	487.309,67	430.115,57	105.240,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	710.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	117.472.000,00	132.549.000,00	124.556.501,66	114.914.181,65	114.527.363,76	7.992.498,34
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	117.472.000,00	132.549.000,00	124.556.501,66	114.914.181,65	114.527.363,76	7.992.498,34

Página 2 de 3

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS
CNPJ: 92.695.790/0001-95

Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balço Orçamentário
(VALORES EM REAIS)

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS EM EXERC. ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERC. ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CORRENTE	190.416,54	3.348.670,41	2.024.918,60	2.022.580,60	676.612,83	837.555,52
Outras Despesas Correntes	39.673,41	2.125.919,36	1.472.453,80	1.470.115,80	598.419,16	94.719,81
Tributárias e Contributivas	9.743,13	14.961,58	8.442,69	8.442,69	14.187,27	2.074,75
Demais Despesas Corrente	121.000,00	37.789,47	122.663,00	122.663,00	35.814,01	312,46
Transferências Correntes	20.000,00	1.170.000,00	421.359,11	421.359,11	28.192,39	740.448,50
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CAPITAL	4.117,60	75.226,50	60.252,00	60.252,00	-	19.092,10
Investimentos	4.117,60	75.226,50	60.252,00	60.252,00	0,00	19.092,10
TOTAL	194.534,14	3.423.896,91	2.085.170,60	2.082.832,60	676.612,83	856.647,62
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS EM EXERC. ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERC. ANTERIOR		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CORRENTE	-	570.642,07		551.844,35	18.797,72	(0,00)
Outras Despesas Correntes	-	570.044,78		551.247,06	18.797,72	(0,00)
Tributárias e Contributivas	-	327,59		327,59	-	-
Demais Despesas Corrente	-	269,70		269,70	-	-
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CAPITAL	-	241.195,85		241.195,85	-	-
Investimentos	0,00	241.195,85		241.195,85	0,00	-
TOTAL	-	811.837,92		793.040,20	18.797,72	(0,00)

Página 3 de 3

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS**
CNPJ: 92.695.790/0001-95**Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022****Demonstrativo das variações patrimoniais**

(VALORES EM REAIS)

	31/12/2023	31/12/2022
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	117.269.407,77	105.989.944,05
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	49.171.985,56	50.970.467,57
TAXAS	49.171.985,56	50.970.467,57
Taxas Pelo Poder de Policia	49.171.985,56	50.970.467,57
CONTRIBUIÇÕES	43.470.306,06	39.189.065,26
CONTRIBUIÇÕES	43.470.306,06	39.189.065,26
Contribuições Sociais	43.470.306,06	39.189.065,26
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.952.806,12	1.872.965,85
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.952.806,12	1.872.965,85
Valor Bruto da Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços	3.952.806,12	1.872.965,85
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	11.754.507,84	10.666.842,50
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	89.669,48	125.342,85
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	89.669,48	125.342,85
JUROS E ENCARGOS DE MORA	2.204.553,06	2.249.694,34
Juros e Encargos de Mora Sobre Fornecimento de Bens e Serviços	2.204.553,06	2.249.694,34
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	9.460.285,30	8.291.805,31
Multas Sobre Anuidades	9.460.285,30	8.291.805,31
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	5.850.381,30	801.958,21
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.850.381,30	801.958,21
Transferências Intragovernamentais	5.850.381,30	801.958,21
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	3.069.420,89	2.488.644,66
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	(89.309,19)	36.833,04
Receitas Não Identificadas	(89.309,19)	36.833,04
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.158.730,08	2.451.811,62
Multas Administrativas	568.756,51	337.820,79
Indenizações	157.624,53	88.870,42
Reversão de Provisões	552.526,27	367.298,90
Dívida Ativa	1.829.113,25	1.635.509,43
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrente de Fatos Geradores Diversos	50.709,52	22.312,08
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	117.269.407,77	105.989.944,05
RESULTADO PATRIMONIAL		
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	927.471,10	
TOTAL	118.196.878,87	105.989.944,05

Página 1 de 2

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS**
CNPJ: 92.695.790/0001-95**Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022****Demonstrativo das variações patrimoniais**

(VALORES EM REAIS)

	31/12/2023	31/12/2022
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	118.196.878,87	99.921.296,87
PESSOAL E ENCARGOS	59.468.447,00	52.457.749,74
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	37.461.962,87	32.929.303,79
Remuneração a Pessoal - RPPS	37.461.962,87	32.929.303,79
ENCARGOS PATRONAIS	11.709.341,28	10.245.525,40
Encargos Patrimoniais - RGPS	11.709.245,89	10.244.067,40
Outros Encargos Patronais	95,39	1.458,00
BENEFÍCIO A PESSOAL	9.889.131,03	8.850.249,22
Benefício a Pessoal - RGPS	9.889.131,03	8.850.249,22
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	408.011,82	432.671,33
Indenizações e Restituições Trabalhistas	408.011,82	432.671,33
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	393.831,64	439.114,95
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	393.831,64	439.114,95
Outros Benefícios Eventuais	393.831,64	439.114,95
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	27.189.691,33	15.847.733,12
USO DE MATERIAL EM CONSUMO	942.241,46	742.069,80
Consumo de Material	942.241,46	742.069,80
SERVIÇOS	24.506.275,04	13.661.256,79
Diárias	3.182.179,99	1.849.534,32
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.856.780,05	1.827.978,23
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	19.467.315,00	9.983.744,24
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.741.174,83	1.444.406,53
Depreciação	1.376.016,99	1.226.537,49
Amortização	365.157,84	217.869,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.307.678,94	3.711.657,73
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	830.919,33	2.033.570,26
Juros e Encargos Dívida Mobiliária	-	1.023.963,05
Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos	830.919,33	1.009.607,21
JUROS E ENCARGOS DE MORA	88,41	25,88
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	88,41	25,88
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.476.671,20	1.678.061,59
Juros e Encargos em Sentenças Judiciais	1.476.671,20	1.678.061,59
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	24.152.846,18	23.764.946,98
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	23.793.294,68	23.644.946,98
Transferências Intragovernamentais	23.793.294,68	23.644.946,98
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	359.551,50	120.000,00
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	359.551,50	120.000,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	442.129,70	1.035.026,48
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	432.159,56	1.022.256,63
Varição Patrimonial Diminutiva com Provisão para Perdas de Créditos	432.159,56	1.022.256,63
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	9.970,14	12.769,85
Perdas Involuntárias com Intangíveis	9.970,14	12.769,85
TRIBUTÁRIAS	1.829.848,76	1.661.073,57
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	106.665,70	97.644,67
Impostos	106.665,70	97.644,67
CONTRIBUIÇÕES	1.723.183,06	1.563.428,90
Contribuições Sociais	1.723.183,06	1.563.428,90
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.412.405,32	1.003.994,30
PREMIAÇÕES	5.381,00	7.203,39
Premiações Culturais	5.381,00	7.203,39
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.407.024,32	996.790,91
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	2.407.024,32	996.790,91
TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	118.196.878,87	99.921.296,87
RESULTADO PATRIMONIAL		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		6.068.647,18
TOTAL	118.196.878,87	105.989.944,05

Página 2 de 2

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS
CNPJ: 92.695.790/0001-95

Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Demonstrativo dos fluxos de caixa
(VALORES EM REAIS)

	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITAS CORRENTES	115.470.604,26	103.755.509,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	49.171.966,25	50.970.562,46
TAXAS PELO EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA	49.171.966,25	50.970.562,46
Anotações de Responsabilidade Técnica	49.171.966,25	50.970.562,46
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	43.470.306,06	39.189.065,25
ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS	26.109.790,91	23.321.470,58
Anuidades do Exercício	22.965.750,75	20.146.112,04
Anuidades de Exercícios Anteriores	3.144.040,16	3.175.358,54
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	17.360.515,15	15.867.594,67
Anuidades do Exercício	15.911.792,47	13.893.901,82
Anuidades de Exercícios Anteriores	1.448.722,68	1.973.692,85
RECEITAS DE SERVIÇOS	3.953.143,16	1.872.871,01
EMOLUMENTO COM INSCRIÇÕES	1.286.861,93	1.180.717,23
EMOLUMENTO COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	113.116,40	108.708,60
EMOLUMENTO COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	129.909,14	107.955,33
EMOLUMENTO COM VISTOS DE REGISTROS	405.206,45	359.919,66
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	2.018.049,24	115.570,19
FINANCEIRAS	11.664.838,36	10.541.499,65
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	1.841.784,69	1.920.866,10
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	362.768,37	328.828,24
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	9.460.285,30	8.291.805,31
Multas sobre Anuidades	2.083.048,83	2.253.110,31
Remuneração de Desp. Banc. E Aplicações Financeiras	7.377.236,47	6.038.695,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.750.381,30	38.950,00
TRANSFERÊNCIAS	5.750.381,30	38.950,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.459.969,13	1.142.560,74
DÍVIDA ATIVA	733.588,09	706.041,06
MULTAS DE INFRAÇÕES	568.756,51	337.820,79
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	157.624,53	98.698,89
OUTROS INGRESSOS	81.814.390,79	71.494.997,93
DESEMBOLSOS		
DESPESAS CORRENTES	111.207.755,91	92.006.374,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.284.091,12	32.059.320,51
ENCARGOS PATRONAIS	11.253.016,76	9.691.078,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	62.670.648,03	49.232.011,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	1.023.963,05
OUTROS DESEMBOLSOS	86.139.274,93	73.996.545,65
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	(62.035,79)	9.247.587,36
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	763.008,21
TRANSFERÊNCIAS	100.000,00	763.008,21
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	3.319.607,85	1.572.464,45
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	630.000,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.219.607,85)	(1.439.456,24)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(3.281.643,64)	7.808.131,12
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	52.973.490,23	45.165.359,11
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	49.691.846,59	52.973.490,23

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS
CNPJ: 92.695.790/0001-95

Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2023 e 2022

(VALORES EM REAIS)

CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul – Crea-RS é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculado ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea. O Crea-RS com sede e foro na cidade de Porto Alegre e jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul, instituído pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei n. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição. É o órgão de fiscalização, controle, orientação e aperfeiçoamento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em nível superior e médio na modalidade Segurança do Trabalho, no território de sua jurisdição, contando com 44 Inspetorias atuando no Estado, representando o Crea na região, tendo por orientação fundamental proposições éticas, sociais e morais que perfazem os seus princípios, norteando e delimitando a cultura organizacional e, por conseguinte, a sua atuação fiscalizatória, que busca a proteção da sociedade do exercício ilegal destas profissões e juntamente com as Entidades de Classe e Mútua – Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea promover a inovação, integração, a sustentabilidade e credibilidade do Conselho perante a sociedade e aos profissionais das engenharias. Um Conselho atuante na defesa das prerrogativas, competências e mercado de trabalho no âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, profissões relevantes e fundamentais para segurança da sociedade, fomento e desenvolvimento econômico do estado e do país.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As presentes demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e das Normas Brasileira de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Secretaria do Tesouro Nacional – STN e com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelos entes públicos e as Resoluções do Confea nos casos de sua pertinência. O Crea-RS não apresenta a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, que de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, item 7.1, página 558, "*A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação*".

1. Ativo Circulante:

No ativo circulante, estão registrados os bens e direitos da Autarquia disponíveis para realização imediata e expectativas de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis aqui apresentadas.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e equivalentes de caixa incluem as disponibilidades financeiras do Crea-RS em contas correntes e de aplicações contemplando os rendimentos auferidos até a data do balanço, cujos valores estão imunes do imposto de renda (Art. 9º, da Lei n. 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional - STN) e alínea "a", inciso VI, art. 150 da Constituição Federal de 1988). As disponibilidades financeiras encontram-se aplicadas junto aos bancos públicos Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISULS/A, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal – CEF:

Disponível - Banco Conta Movimento	2023	2022
Conta Movimento	251.197,66	1.217.501,03
Banco Banrisul S/A	228.950,66	1.213.098,98
Caixa Econômica Federal - CEF	22.247,00	4.402,05
Banco do Brasil S/A	0,00	0,00

Disponível - Banco Conta Aplicações Financeiras	2023	2022
Conta Aplicações Financeiras	49.440.648,93	51.755.989,20
Banco Banrisul S/A	42.927.169,76	46.092.060,10
Caixa Econômica Federal - CEF	5.466.533,90	4.681.375,64
Banco do Brasil S/A	1.046.945,27	982.553,46

As disponibilidades ao final de 2023 em relação à 31/12/2022 apresentaram redução de 6,60% em parte pelos resultados com a arrecadação com anotação de responsabilidade técnica e pela utilização dos saldos de exercícios anteriores para os investimentos de capital.

b) Créditos de Curto Prazo:

Créditos de Curto Prazo	2023	2022
Adiantamento a pessoal	524.801,29	343.800,09
ISS Por Substituição e IPTU	1.145,09	0,00
Devedores da entidade	9.825.058,23	8.843.390,80
Valores a serem devolvidos	4.866,58	0,00
Material de Consumo	221.269,15	388.813,74
Prêmios de seguros	41.390,56	9.302,21
Total	10.618.530,90	9.585.306,84



- I. **Adiantamento à Pessoal:** Neste grupo de contas estão registrados os adiantamentos de férias concedidos aos funcionários com início do gozo em 02/01/2024, valores estes que foram apropriados ao orçamento através da Baixa de Pagamento n. 14 do Empenho n. 8/2024.
- II. **Devedores da Entidade:** Contemplam os valores relativos as despesas com a folha de pagamento, encargos, benefícios sociais e assistenciais pagos ao funcionário (Fiscal de Uruguaiana) cedido ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia SC – Crea-SC, estes valores são ressarcidos ao Crea-RS no mês subsequente a competência das despesas. Contempla também os valores relativos aos bloqueios e/ou depósitos judiciais realizados nos processos em que o Crea-RS atua como réu (trabalhista e de repetição de indébitos) como forma de garantir o juízo na postulação recursal. Nesta composição os valores decorrentes do depósito na Reclamatória n. 0119000-85.1992.5.04.0018/RS ajuizado em 1992 pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – SEMAPI (item 4 do memorando/mensagem de apresentação das contas), é o mais representativo totalizando R\$6.887.536,35 (seis milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos). Além desses valores, estão evidenciados no grupo “Devedores da Entidade” os créditos a receber decorrentes da decisão favorável ao Crea-RS na Ação De Exigir Contas n. 5055681-96.2016.4.04.7100/RS (Crea-RS x C. ZANCHI & CIA LTDA), no valor principal de R\$1.019.849,65 (um milhão, dezenove mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) apurados em 30/06/2012, valores estes atualizados mensalmente pelo indexador IPCA-E (IBGE). Este processo encontra-se em fase recursal ao cumprimento de sentença.
- III. **Material de Consumo:** Correspondem as aquisições de materiais de consumo para reposição do estoque deste Regional e são compostos por materiais de expediente, limpeza, higiene, conservação, materiais de proteção e segurança, materiais elétricos e de telefonia, etc.
- IV. **Prêmios de Seguros a Apropriar:** São valores que correspondem as apólices de seguros dos bens móveis e imóveis, apropriadas mensalmente na competência das cotas de despesas.

2. Ativo-Não Circulante:

Estão registrados os ativos realizáveis a longo prazo, os créditos inscritos em dívida ativa, imobilizado(bens móveis e imóveis) e os bens intangíveis (sistemas, licenças de uso, softwares) e o valor de R\$4.297.250,88 (quatro milhões, duzentos e noventa e sete mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos) que corresponde ao percentual de vinte por cento do e os saldos do depósito judicial realizado em 02/12/2014 no Processo n. 0064173-67.2011.4.01.3400/DF Mútua x Crea-RS, valores percentuais que se encontram em fase de recurso, tanto pelo Regional quanto pela Mútua, ante os petições de honorários requeridos por LUIZ EDUARDO SA RORIZ ADVOGADOS ASSOCIADOS e OLIVEIRA, BRAGA E PARCA, estes valores permanecendo inalterados desde a última

atualização ocorrida em 30 de setembro de 2021, tanto no ativo quanto no passivo de longo prazo 2.2.7.5.1.01.01 - Parcela da Mútua (depósito judicial) em contrapartida a este valor evidenciado no ativo.

a) Créditos de Longo Prazo:

Créditos a Longo Prazo	2 0 2 3	2 0 2 2
Dívida Ativa	11.568.764,19	10.761.430,22
(-) Ajustes Créditos de Longo Prazo	-2.892.191,05	-2.690.357,56
Investimentos temporários	44.949,00	44.949,00
Total	8.721.522,14	8.116.021,66

I. Dívida Ativa: Referem-se aos créditos a receber (anuidades, auto de infração) não adimplidos no vencimento sendo inscritos em dívida ativa, conforme arts. 201, 202 e 204 da Lei n. 5.172, de 1966 e §1º, art. 39 da Lei n. 4.320, de 1964 e Instrução da Presidência n. 290 de 28 de junho de 2022, a qual dispõe sobre os procedimentos para cobrança administrativa, inscrição de débito em Dívida Ativa, parcelamentos e cobrança judicial dos créditos do Crea-RS.

II. Ajustes de Perdas de Créditos de Longo Prazo: Esta conta redutora do ativo, refere-se à constituição para perdas estimadas dos créditos inscritos em Dívida Ativa, em conformidade com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado (IPSAS 17). Em setembro de 2021, para fins de atender as recomendações da auditoria externa JK e auditoria interna, bem como, pela recomendação da Procuradoria Jurídica do Crea-RS a contabilidade passou a evidenciar na PDD/PCLD – Provisão de perda para crédito de liquidação aos valores percentuais de vinte e cinco por cento (25%) sobre o estoque da dívida, conforme consta no Processo Diligência de Auditoria n. 2021.000009672-4.

III. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: Correspondem ao valor percentual de vinte por cento sobre o depósito judicial efetuado no Processo n. 0064173-67.2011.4.01.3400/DF em 02 de dezembro de 2014. O depósito correspondia ao valor histórico das cotas partes provisionadas à Mútua no período de 2011 a novembro de 2014 (Lei n. 5.194, de 1966, Lei n. 6.496, de 1977 e Resolução do Confea n. 1.026, de 2009), e os saldos que permanecem nesta conta são decorrentes dos motivos expostos na nota n. 2.

3. Imobilizado:

O ativo imobilizado do Crea-RS é composto por bens móveis (máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, móveis e utensílios, mobiliários em geral etc.) e imóveis (salas, edifícios, terreno) e o box/garagem da Inspetoria de Canoas. Os valores do ativo imobilizado evidenciados no balanço em 31/12/2022 são conforme abaixo:



EXERCÍCIO	2 0 2 3	2 0 2 2
IMOBILIZADO	12.314.206,54	12.293.864,07
BENS MOVEIS	11.189.272,17	9.792.912,71
Móveis e Utensílios	2.016.833,68	1.183.609,68
Máquinas e Equipamentos	1.039.668,12	814.512,66
Utensílios de Copa e Cozinha	63.830,82	63.830,82
Veículos	3.251.420,63	3.251.420,63
Equipamentos de Informática	3.446.024,06	3.108.044,06
Biblioteca	1.996,50	1.996,50
Mobiliário em Geral	1.358.693,23	1.358.693,23
Equipamentos Diversos	2.320,00	2.320,00
Outros Materiais Permanentes	2.320,00	2.320,00
Outros Bens Móveis	8.485,13	8.485,13
BENS IMOVEIS	16.382.803,27	16.382.803,27
Edifícios	11.389.700,00	11.389.700,00
Terrenos	134.234,87	134.234,87
Salas	4.818.868,40	4.818.868,40
Instalações	40.000,00	40.000,00
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	-15.257.868,90	-13.881.851,91
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-6.598.179,76	-5.742.769,44
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	-8.659.689,14	-8.139.082,47

EXERCÍCIO	2 0 2 3	2 0 2 2
INTANGÍVEL	390.471,15	232.405,46
SOFTWARES E LICENÇAS DE USO	904.245,40	579.467,11
Soft wares (licenças de uso)	847.684,20	522.905,91
Soft wares (permanente)	12.023,20	12.023,20
Sistema	44.538,00	44.538,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-513.774,25	-347.061,65
(-) Amortizações Acumuladas Soft wares e Sistemas	-513.774,25	-347.061,65

I. Bens móveis: Estão registrados os bens móveis classificados como móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, veículos, mobiliários em geral etc. Em 2023 houve uma variação aumentativa de R\$ 1.396.359,46 (um milhão, trezentos e noventa e seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos), em virtude da aquisição de bens móveis para Sede e Inspetorias que passaram por reformas em 2023 (Alegrete, Bagé, Cruz Alta, Capão da Canoa, Ijuí, Rio Grande, Santana do Livramento, São Gabriel, Uruguaiana), aquisição de equipamentos de informática (servidores, notebook, etc.) e pela aquisição aparelhos de ar condicionado para Inspetorias.



II. Bens Imóveis: Estão registrados os imóveis do Crea-RS, compreendendo salas, edifícios, terrenos e box/garagens.

III. Intangíveis: Nos intangíveis estão evidenciadas as licenças de uso de softwares e de sistemas os quais em sua maioria são renovados anualmente.

IV. Sistemas: Este item contempla o Sistema VETOR RH, utilizado pelo Núcleo de Gestão de Pessoas (contempla os módulos do sistema de gestão da Sênior relativos a folha de pagamento, cartão ponto, portal dos funcionários etc.).

VI. Softwares: Neste subgrupo, estão registradas as licenças de uso de softwares, que em sua maioria são renovadas anualmente, dentre estas licenças, o ARCGIS (sistema de informação geográfica utilizado pela Fiscalização), ADOBE® Creative, videoconferência Zoom, antivírus e AntiSpam MCFEE, e desenvolvimento do software do aplicativo (retrofit) para uso da fiscalização e atualização do APP para a tecnologia de desenvolvimento. As licenças de uso com renovação anual, a cada renovação, têm o número de controle patrimonial baixado e um novo número é utilizado para cadastro renovação.

4. Ativos Contingentes:

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e art. 100, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a NBC TSP – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução n. 2016/NBCTSPEC de 04, de outubro de 2016), o ente deve evidenciar em suas notas explicativas, a existência de um ativo contingente sempre que exista a possibilidade de um ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial prestação de serviços.

Neste sentido, a exceção da ação de exigir contas, as demais não foram evidenciadas pela contabilidade, pois foram ajuizadas pelo Conselho com o propósito de apurar responsabilidades. Os principais processos foram relacionados a seguir e se encontram em fase de instrução, julgamento e/ou recurso:

- Processo n. 5055681-96.2016.4.04.7100 Ação de Exigir Contas – Réu C ZANCHI & CIA LTDA. (fase de apelação na execução de sentença);
- Processo n. 5026618-60.2015.4.04.7100 e 5026618-60.2015.404.7100/RS Ação de Reintegração (terreno na avenida Ipiranga em Porto Alegre - RS) - Réu Serralheria Partenon (Crea/RS interessado, Autor o Estado do RGS, fase de instrução perícia);
- Processo n. 5058989.77.2015.404.7100/RS (Cobrança) - Réu DBCON Informática, processo que tramita em segredo de justiça.

5. Depreciação e Amortização:

A depreciação dos bens móveis, imóveis e amortização dos intangíveis são realizadas pelo método linear (cotas constantes), a classificação de vida útil, taxas de depreciação e valor residual são conforme anexos da Resolução do Confea n. 1.036, de 2011 e alterações.

6. Passivos – Circulantes e Não Circulantes:

Os passivos da dívida circulante e não circulante estão registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridas até a datado Balanço, como é caso dos valores demonstrados como “Parcela a Destinar” (art. 57, da Lei n. 12.378, de 2010), atualizados mensalmente pelos índices da poupança, pelos índices aplicados aos depósitos realizados até maio de 2012 percentuais esses que em 2023 se mantiveram na média de 0,65%. Já os saldos devidos ao CFT - CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS, evidenciados no balanço em 31/12/2022 foram efetivamente repassados ao CFT em 18/08/2023 ante a Decisão do Confea n. PL-1285/2023, ressaltando que esses valores encontravam depositados em conta poupança junto ao Banco Bannrisul - T. Industriais 41.178025.0-5 especificamente para esta finalidade. As provisões evidenciadas no balanço são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita (reclamatórias trabalhistas, repetições de indébitos, demais decisões, etc.).

- I. **Encargos Sociais a Pagar:** Contemplam as provisões com FGTS e PIS sobre a segunda parcela do 13º salário, bem como, sobre a folha de pagamento do mês de dezembro/2023;
- II. **Fornecedores Nacionais:** Neste grupo estão contemplados os fornecedores nacionais e os valores dos Restos a Pagar Processados, permanecendo com saldos ao final de dezembro somente última conta, que correspondem aos empenhos liquidados em 2023, mas não pagos até 31/12/2023 (ver planilhas de composição dos fornecedores/favorecidos Anexo II às DCASP);
- III. **Obrigações Fiscais de Curto Prazo:** Contemplam as retenções federais, bem como as previdenciárias sobre pagamentos à fornecedores e os encargos com INSS e as retenções do IR sobre a segunda parcela do 13º salário e folha de pagamento competência dezembro de 2023;

Obrigações de Repartição à Outros Entes	2023	2022
Parcela da Mútua	774.053,71	1.193.047,99
Parcela do Confea	616.859,47	1.028.397,14
Parcela a Destinar	17.040.608,32	15.771.926,41
Parcela dos Técnicos Industriais	0,00	142.890,02
Prodesu	35.330,40	0,00
Total	18.466.851,90	18.136.261,56

A conta “*parcela a destinar*”, por sugestão da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, a qual foi acatada pela Alta Administração e pelo Plenário do Crea-RS, teve sua nomenclatura alterada em 2021, visto esses valores serem objeto de discussão pelo CAU/BR no Processo n. 0022545-64.2012.4.01.3400/DF.

7. Provisões à curto prazo

Neste grupo estão contempladas as provisões de férias e encargos decorrentes e as provisões com contencioso classificadas como prováveis, sendo os valores conforme abaixo:

- a) **Trabalhistas e Previdenciárias:** Refere-se as provisões de férias, 1/3 constitucional, INSS, FGTS e PIS sobre estas provisões:

Provisões Trabalhistas e Previdenciárias	2023	2022
Férias	3.187.083,74	2.763.108,03
1/3 Constitucional (CF/1988)	1.062.361,36	921.036,22
INSS Patronal s/ Provisão de Férias	913.630,65	792.090,96
FGTS s/ Provisão de Férias	339.954,21	294.730,26
PIS s/ Provisão de Férias	42.494,42	36.841,38
Total	5.545.524,38	4.807.806,85

- b) **Riscos Cíveis de Curto Prazo:** Evidenciam os valores das provisões passivas com reclamações trabalhistas, contencioso de repetição de indébitos e demais demandas ajuizadas contra o Crea-RS e/ou resultantes dos embargos as execuções fiscais ajuizadas pelo Conselho e classificadas como prováveis de demandar saída de recursos em curto prazo, sendo os valores por “objeto/natureza” conforme relacionados a seguir:

Provisão para Riscos Cíveis CP	2023	2022
Repetição de Indébitos Anuidades/ARTs	8.949.217,16	9.624.634,83
Reclamações Trabalhistas CP	7.184.341,65	7.495.666,28
Demais Decisões Judiciais	81.756,41	783.696,48
Precatórios Reclamações Trabalhistas	1.585.952,80	1.585.952,80
Total	17.801.268,02	19.489.950,39

Em 2022 o Conselho logrou êxito na Reclamação Trabalhista n. 0000136-66.2012.5.04.0025, logo o valor desta provisão antes evidenciada em “reclamações trabalhistas” passou a compor a conta “Precatórios Trabalhistas” no mesmo grupo. E considerando que a intimação recebida pelo Crea-RS foi posterior ao mês de abril de 2022 (§5º, art. 100 da Constituição Federal de 1988), o pagamento desse precatório será realizado em 2024.

As provisões estão evidenciadas no balanço entre curto e longo prazo, de acordo com as informações/previsões de pagamentos prestadas pela Procuradoria Jurídica – PROJ. As recomendações quanto a evidenciar somente os riscos prováveis estão em conformidade

com a NBC TSP 03 e por analogia a Portaria/AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, à Entidade. Já os valores classificados como possíveis de ocorrer anualmente são analisados pela PROJ e eventual mudança de entendimento os valores passam à ser evidenciado pela contabilidade.

8. Provisões de longo prazo

Demonstram os valores prováveis de ocorrer após o encerramento do exercício subsequente ao desta prestação de contas:

Provisões a Longo Prazo	2023	2022
Reclamatórias Trabalhistas LP	8.275.622,48	8.627.508,11
Demais Decisões Judiciais	4.434.654,82	4.434.654,82
Honorários (Art. 6º TA Portaria 368/2020)	75.304,24	59.427,68
Parcela da Mútua (depósito judicial)	4.297.250,88	4.297.250,88
Parcela a Destinar	6.221.905,79	5.767.404,64
Total	23.304.738,21	23.186.246,13

Os valores “*Parcela da Mútua (depósito judicial)*” foram contabilizados em contrapartida ao ativo não circulante, conforme mencionado no item 2 Ativo Não-Circulante destas notas explicativas.

A conta Honorários, correspondem ao disposto no art. 6º, da Portaria Administrativa n. 368, de 2020, ou seja, o valor correspondente a 1/10 dos honorários apurados mensalmente são transferidos para essa conta para atender eventuais passivos futuros dessa natureza conforme consta no Processo n.2020.000010778-8. Além desse valor, constam os relativos à “Parcela a Destinar” e são decorrentes das diferenças entre o que o Conselho considera devido por força da Lei n. 12.378, de 2010 (parcela a destinar curto prazo letra “d” da nota 6), esses valores passaram a ser provisionados para fins de atenderas recomendações das auditorias externas (Diligência de Auditoria n. 2021.000009678-3) sobre provisionar a diferença entre o que Crea-RS considera devido (parcelas (-) despesas com digitalização do acervo) e o que o Conselho criado pela norma acima considera como devidos. O registro dessa provisão no passivo de longo prazo encontra-se amparada por parecer jurídico na diligência de auditoria acima mencionada.

9. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes do Crea-RS em 31/12/2023 são representados pelas reclamações trabalhistas com classificação de risco possíveis e remotas, as quais são avaliadas pela assessoria jurídica para determinar se a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviço se tornou provável, e se afirmativo a

informação é encaminhada à Gerência Financeira e Contábil para que a contabilidade possa proceder ao registro e evidenciar em balanço.

10. Patrimônio Líquido

Em 2023, o patrimônio líquido do Crea-RS teve um decréscimo de 5,14% em relação ao apurado em 31/12/2022, e correspondem a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecidas no Balanço Patrimonial e em 2023 além do montante negativo das diferenças entre a apuração das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e variações patrimoniais diminutivas (VPD), conforme resultado apurado nas Demonstrações das Variações Patrimoniais impactando para redução do PL evidenciado no Balanço Patrimonial Comparado levantado em 31/12/2023:

Composição PL	2023	2022
Saldo Inicial	18.958.878,71	13.259.816,41
(+/-) Superávit das Variações Patrimoniais*	- 927.471,10	6.068.647,18
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores (ações)	-	44.558,60
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores (imobilizado/sistemas)	-	-414.143,48
Saldo Final	18.031.407,61	18.958.878,71

- O Demonstrativo das Variações Patrimoniais (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. O DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

11. Apuração do Resultado

O resultado foi apurado segundo o regime de competência do orçamento (art. 35, Lei n. 4.320, de 1964), onde as receitas e despesas foram apropriadas e apuradas no exercício de sua ocorrência, independentemente de recebimentos (inscrição em dívida ativa) ou pagamentos (provisões, restos a pagar não processados) mensuradas pelo valor justo e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos e financeiros futuros possam resultar em ingressos ou saídas de recurso do caixa do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – Crea-RS, quanto aos rendimentos e encargos sobre os ativos e passivos estão reconhecidos no resultado do exercício.

12. Efeitos dos eventos climáticos no RS

Em 2023, os eventos climáticos (enchentes) que atingiram a região do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul, causou perdas humanas e materiais. Afetando substancialmente a



atividade econômica das indústrias e do agronegócio da Região, embora os Governos Estadual e Federal tenham tomados medidas fiscais e sociais para fomentar os municípios afetados, como a prorrogação de prazo para recolhimento dos impostos para que as empresas possam ter um capital de giro, além de linhas de créditos e disponibilização de recursos via programas sociais e campanhas solidárias para recuperação da região. Esses fatores acabaram por impactar negativamente no resultado da arrecadação das ARTs que apresentou uma arrecadação de 3,66% menor que a realizada em 2022 com receitas dessa natureza, isso sem considerar os reajustes das ARTs para 2023, que foi de 8,82575% em relação aos valores cobrados em 2022. E por conta disso, a 3ª reformulação no orçamento do Crea-RS realizado em 2023 para atender despesas correntes (sentenças e diárias) foi somente entre as categorias econômicas corrente e de capital, onde se ajustou os valores dos investimentos às licitações em andamento com previsão de empenho ainda em 2023, sem afetar os objetivos da Alta Administração para o exercício correspondente a execução do orçamento (capacitações, edital de patrocínio, investimentos em tecnologia da informação e comunicação, reformas nas Inspetorias e Programa Capacita+ etc.).

13. Autorização e data das demonstrações contábeis:

A data de autorização das demonstrações contábeis, de acordo com o anexo da Decisão n. PL-0077, de 13 de fevereiro de 2014, alterada pelas decisões PL-2327, de 17 de outubro de 2015 e PL-0064, de 1º de fevereiro de 2019 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea, que regulamenta o Acompanhamento da Gestão e a Prestação de Contas do Sistema Confea/Crea e da Mútua:

Seção II – Acompanhamento Mensal da Gestão

2. Acompanhamento mensal da gestão dos Creas

2.1. Os gestores dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia – Creas devem encaminhar, mensalmente, ao Confea, até o dia 20 de cada mês, as seguintes peças, com as informações consolidadas até o encerramento do mês anterior:

I - Balanço Patrimonial;

II - Balanço Financeiro e Demonstrativo das Variações Patrimoniais;

III - Comparativos da Receita Orçada com a Arrecadada e Despesa Autorizada com a Realizada;

IV - Demonstrativos de receitas previsto no art. 7º, da Resolução Confea nº 1026/2009.

A apresentação das contas é atribuição do Presidente do Crea segundo o que estabelece a Lei n. 5.194, de 1966, Lei n. 9.649, de 1998 e o Estatuto do Sistema Confea/Crea's Aprovado no III CNP. Dessa forma, as demonstrações contábeis deste Regional relativas ao exercício de 2023 foram disponibilizadas em 23 de janeiro de 2024 através do Processo de Prestação de Contas n. 2024.000000445-7.

14. Considerações Finais

Não ocorreram eventos subsequentes a data do encerramento do exercício que tenha, ou possa a vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados futuros deste Conselho.